

A RESTITUIÇÃO E A SEPARAÇÃO DE BENS NO PROCESSO DE INSOLVÊNCIA.  
CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO ARTIGO 141.º DO CIRE  
*THE RESTITUTION AND SEPARATION OF ASSETS IN THE INSOLVENCY PROCEEDING.  
CONSIDERATIONS ON SECTION 141 OF THE PORTUGUESE INSOLVENCY ACT*

Ana Ferreira Morgado\*

**Resumo:** O artigo 141.º do Código da insolvência e Recuperação de Empresas (CIRE) regula a forma mais célere e eficaz de reclamar a separação e restituição de bens indevidamente apreendidos para a massa insolvente. Apesar de ser uma norma que trata de aspetos processuais aparentemente simples, são vários os problemas de interpretação que se levantam quando estamos perante a sua aplicação prática. Com este estudo pretende dar-se um contributo para uma interpretação mais correta e equilibrada desta norma, na esperança de que este venha a ser um procedimento mais usado pelos interessados.

**Palavras-chave:** Apreensão De Bens; Restituição; Reclamação; Artigo 141.º; CIRE

**Abstract:** Section 141 of the Portuguese Insolvency Act (CIRE) provides for a quick and efficient mechanism for the separation and restitution of the assets that are improperly seized in favour of the insolvent estate. Despite being, apparently, a provision that deals with simple procedural aspects, there are several problems of interpretation arising from its application.

With this study we aim to contribute to a more correct and reasonable interpretation of this provision, hoping that the instrument laid down may be more frequently used.

**Keywords:** Seizure Of Assets; Restitution; Claim; Section 141; Portuguese Insolvency Act

## 1. Introdução

De acordo com o artigo 36.º, n.º 1, alínea g) do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE<sup>1</sup>), a sentença que declara a insolvência decreta também a apreensão de todos os bens do devedor.

A apreensão de bens no âmbito do processo de insolvência decorre, portanto, de uma decisão judicial, cabendo ao administrador da insolvência a efetivação da apreensão (artigos 149.º e 150.º do CIRE).

Acontece que, como é fácil de perceber, pode dar-se o caso de o administrador da insolvência apreender indevidamente bens para a massa, não deixando de estar, ao fazê-lo, a executar a decisão judicial plasmada na sentença que declara a insolvência do devedor.

Numa situação de apreensão indevida por parte do administrador da insolvência, existe apenas uma única forma de reagir, seguindo os termos dos artigos 141.º a 148.º do CIRE.

Assim, quem se sinta ofendido na sua posse e/ou direito de propriedade em consequência da apreensão, tem ao seu dispor mecanismos próprios para fazer valer o seu direito à restituição e separação dos bens.

Querendo exercer-se este direito e ainda estando a decorrer o período da reclamação de créditos, pode apresentar-se uma reclamação ao administrador da insolvência, aplicando-se, então, o processo relativo à reclamação e verificação de créditos, com as “adaptações” que se “mostrem necessárias” (artigo 141.º).

No caso de se querer exercer o direito quando existiu apreensão tardia dos bens, ou seja, quando esta se realizou depois de findo o prazo fixado para a apresentação das reclamações, pode exercer-se o direito de restituição e separação por meio de requerimento,

---

\* Mestre em Direito dos Contratos e da Empresa pela Universidade do Minho. Advogada.

<sup>1</sup> São deste diploma legal as normas doravante citadas sem menção da sua fonte.

apensado ao processo principal de insolvência, desde que este requerimento seja feito nos cinco dias posteriores à apreensão (artigo 144.º).

Pode ainda exercer-se aquele direito através de ação proposta, a todo o tempo<sup>2</sup>, contra a massa insolvente, os credores e o devedor, em verificação ulterior, lavrando-se termo de protesto no processo principal de insolvência (artigo 146.º).

Dúvidas não restam quanto à impossibilidade de aquele que é ofendido na sua posse ou em qualquer direito incompatível com a apreensão dos bens recorrer à oposição mediante embargos de terceiro. Até porque, nos termos do n.º 2 do artigo 351.º do Código de Processo Civil (CPC), a lei exclui expressamente “a dedução de embargos relativamente à apreensão de bens realizada no processo especial de recuperação de empresa e falência”<sup>3</sup>.

Parece-nos ainda que, dentro do espírito da lei, além de estar vedado ao lesado o recurso aos embargos de terceiro, está também vedado o recurso a qualquer outro procedimento que vise o mesmo fim (a restituição provisória da posse dos bens apreendidos pelo administrador da insolvência), por contrariarem o espírito do legislador e o fim que este pretende atingir com aquele artigo 351.º do CPC.<sup>4</sup>

Acresce que o artigo 17.º do CIRE estabelece que as regras do CPC apenas se aplicam ao processo de insolvência em tudo o que não contrariem as disposições daquele “(...) porquanto a lei permite àqueles que pela apreensão se sintam lesados na sua posse ou no seu direito de propriedade a possibilidade de obter a restituição ou a separação de bens que tenham sido indevidamente apreendidos para a massa insolvente por via do procedimento a que alude o art.ºs 141.º e seguintes do CIRE, nomeadamente o art.º 145.º, sendo este o procedimento que deve utilizar e não o procedimento cautelar que vise igual finalidade.”<sup>5</sup>.

Neste contexto, propomo-nos estudar com mais enfoque o artigo 141.º do CIRE que, estranhamente (ou não?), é raro ser usado pelos interessados.

## 2. A norma do artigo 141.º: questões processuais

Atentas as previsões legislativas do CIRE, nomeadamente as dos artigos 141.º e 146.º, percebe-se que foi intenção do legislador criar um meio expedito e simples para que o proprietário possa obter a entrega dos bens de que é proprietário ou sobre o qual detém um direito incompatível com a apreensão.

O artigo 141.º do CIRE regula, como se disse, o exercício do direito a separar da massa insolvente bens que não pertencem à massa durante o prazo estipulado para a reclamação de créditos.

Luís Carvalho Fernandes e João Labareda afirmam que “[e]ste artigo tem como pressuposto a apreensão indevida de bens para a massa, quer eles pertençam a terceiros, ao

<sup>2</sup> O Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência, ao contrário do actual Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, não fazia qualquer distinção quanto ao regime a aplicar às acções de verificação ulterior de créditos e às acções para restituição e separação de bens, nomeadamente quanto ao prazo de caducidade de um ano para intentar a acção (cfr. artigo 205.º do CPEREF). Como escrevem Carvalho Fernandes e João Labareda, (*Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2.ª ed., Lisboa, Quid Juris, 2008, pág. 485, em anotação ao artigo 146.º do CIRE) “[n]o que concerne ao pedido de separação ou restituição de bens, o n.º 1 do art.º 205.º do CPEREF nada estatuiu sobre o prazo em que devia ser proposta a respectiva acção. Sustentámos, então, que o silêncio da lei se explicaria por, a todo o tempo, observadas as condições do art.º 203.º desse Código, ser possível o pedido de restituição ou separação, havendo apreensão tardia de bens; fora deste caso, nada justificava um regime para a restituição e separação diverso do da reclamação de créditos.”. O CIRE veio esclarecer todas as dúvidas, prevendo expressamente que o direito à separação ou à restituição de bens pode ser exercido através da propositura da acção de verificação ulterior a todo o tempo (primeira parte do n.º2 do artigo 146.º).

<sup>3</sup> Leia-se processo de insolvência, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, no uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 39/2003, de 22 de Agosto, aprova o CIRE.

<sup>4</sup> Neste sentido, ver Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 19/10/2006, de que foi relator o Senhor Juiz Desembargador Salazar Casanova, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>5</sup> Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 25/11/2010, de que foi relator o Senhor Juiz Desembargador Amaral Ferreira, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

cônjuge ou ao próprio insolvente (...)"<sup>6</sup>. Não podemos subscrever na totalidade as palavras destes autores, pois, parece-nos decorrer da letra da lei que, nem sempre é necessário que tenha havido já apreensão dos bens para lançar mão do procedimento previsto no artigo 141.º.

A confirmá-lo, repare-se na clara distinção que existe entre a previsão da alínea a) do n.º 1 (em que o legislador faz referência a "bens apreendidos para a massa insolvente") e a previsão da alínea b) do n.º 1 (em que não é feita pelo legislador qualquer referência à apreensão de bens). Parece então que um cônjuge pode requerer ao administrador da insolvência a separação e a restituição de bens próprios e a sua meação. Esta solução não nos causa, aliás, qualquer estranheza, sendo razoável que o legislador permita ao cônjuge que exerça, desde logo (leia-se, desde a declaração da insolvência), esse direito, já que é previsível que possa existir confusão por parte do administrador da insolvência na avaliação que faz sobre o direito de propriedade dos bens quando o insolvente é casado (que não em regime de separação de bens). Evita-se assim a apreensão de bens que podem ser, indevidamente, considerados, pelos credores do insolvente, como sendo integrantes da massa.

Sendo esta uma norma processual, o legislador começa determinando que às situações nele previstas se aplicam as disposições relativas à reclamação e à verificação de créditos (ou seja, os artigos 128.º a 140.º).

I. O primeiro grupo de situações previstas no n.º 1 do artigo 141.º é o daquelas em que foram apreendidos para a massa insolvente bens de que o insolvente era um mero possuidor em nome alheio (alínea a) do n.º 1). Nestas situações "os seus donos" podem vir exercer o seu direito de restituição desses bens.

Levanta-se aqui a questão de saber se "os seus donos", como refere a lei, deve ser interpretado apenas como sendo os proprietários dos bens ou também como os titulares de outros direitos sobre os bens. Parece-nos infeliz a expressão "a seus donos", já que o legislador poderia ter sido claro quanto à possibilidade de qualquer pessoa que sobre os bens detenha um direito (como o direito de usufruto, por exemplo) poder exercer o seu direito de restituição. No entanto, não se encontra qualquer justificação formal ou material para que os titulares de outros direitos para além do direito de propriedade não possam exercer, nos termos desta alínea a), o seu direito, sob pena de estes não terem tutela legal no âmbito do processo da insolvência.

II. A alínea b) do n.º 1 refere-se ao direito do cônjuge a separar da massa insolvente os seus bens próprios e a sua meação nos bens comuns.

Naturalmente, esta alínea b) apenas se aplica ao cônjuge que não seja parte no processo insolvente (de acordo com o artigo 264.<sup>97</sup>).

Este procedimento assemelha-se ao procedimento que prevê a separação de bens no âmbito do processo executivo regulado no artigo 825.º do CPC<sup>8</sup>, seguindo-se, aliás, *grosso modo*, a mesma tramitação processual tanto no processo executivo como no processo de insolvência (artigo 1406.º do CPC<sup>9, 10</sup>).

<sup>6</sup> Ob. ult. cit., pág. 475 – ponto 4 da anotação ao artigo 141.º.

<sup>7</sup> Sobre o regime da insolvência dos cônjuges, ver Luís Carvalho Fernandes e João Labareda, *Colectânea de Estudos sobre a Insolvência*, Lisboa, Quid Juris, 2009, pág. 311 e seguintes e Luís Menezes Leitão, *Direito da Insolvência*, 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2009, pág. 336 a 340.

<sup>8</sup> Este artigo prevê, no seu n.º 1, que "[q]uando, em execução movida contra um só dos cônjuges, sejam penhorados bens comuns do casal, por não se conhecerem bens suficientes próprios do executado, cita-se o cônjuge do executado para, no prazo de que dispõe para a oposição, requerer a separação de bens ou juntar certidão comprovativa da pendência de acção em que a separação já tenha sido requerida".

<sup>9</sup> O n.º 1 do artigo 1406.º foi alterado pela Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho, sendo que essa alteração não é aplicável aos processos de inventário que, à data da sua entrada em vigor, se encontravam pendentes, nos termos do artigo 84.º do referido diploma.

<sup>10</sup> Sendo requerida a separação de bens por virtude da insolvência de um dos cônjuges ou no âmbito do processo de insolvência (nos termos do 825.º do CPC) aplica-se o regime do processo de inventário em consequência de separação, divórcio, declaração de nulidade ou anulação de casamento constante de lei especial. Existem, no entanto, algumas especificidades que se aplicam tanto nos casos de insolvência como nas execuções (o inventário corre por apenso ao processo de insolvência

Sublinha-se, no entanto, que, ao contrário do processo executivo em que é possível executar bens comuns do casal se os bens próprios do executado não forem suficientes para o pagamento da quantia exequenda, no processo de insolvência, sabendo o administrador da insolvência que existem bens comuns do casal, não é possível apreendê-los, atento o espírito do artigo 159.º. Isto porque, se o legislador determina que, verificando-se o direito de restituição ou separação de bens de que o insolvente é contitular, apenas é admissível liquidar o direito que o insolvente tem sobre esses bens, então, por maioria de razão, o administrador da insolvência não poderá, sequer, apreender um único bem se verificar, de imediato, que tal bem é um bem comum do casal do qual faz parte o insolvente.<sup>11</sup>

Aliás, é exatamente porque o administrador da insolvência não pode apreender bens que sejam comuns do casal que, também ao contrário do previsto no processo executivo, não se prevê qualquer citação do cônjuge para exercer o seu direito à separação ou à restituição desses bens.

Acrescenta-se ainda a este propósito que não se tem dúvidas que a situação do cônjuge do insolvente merece, de facto, um tratamento diferenciado pelo legislador por esta não ser, sem mais, uma compropriedade. A compropriedade distingue-se da comunhão de bens (ou de mão comum) porque o património que é integrado pelos bens comuns do casal é, nos termos da lei, afetado ao designio de servir como suporte económico à sociedade conjugal<sup>12</sup>. É desta diferença que nasce a *ratio* da não aplicação das mesmas exatas regras à comunhão de mão comum às regras da compropriedade.

Resulta claro, portanto, que o CIRE não exige que o devedor casado proceda à partilha dos bens comuns. Mas não podemos deixar de referir que a separação de bens, não sendo pedida pelo cônjuge do insolvente, pode ser ordenada pelo juiz a requerimento do administrador da insolvência instruído com parecer favorável da comissão de credores (n.º 3 do artigo 141.º)<sup>13</sup>. Nesta situação, acompanhamos Menezes Leitão quando afirma que “[n]a medida em que implica a partilha de bens comuns do casal, a liquidação do património do insolvente configura uma excepção ao princípio da imutabilidade da convenção antenupcial e do regime de bens (art. 1715.º, n.º 1, d) CC)”<sup>14</sup>.

Importa ainda referir que, para reclamar os seus direitos próprios, nem o insolvente nem o seu cônjuge precisam da autorização do outro (conforme dispõe o artigo 143.º).

III. A alínea c) do n.º 1 prevê ainda que terceiros que tenham visto os seus bens indevidamente apreendidos e que comproprietários de um bem de que também seja comproprietário o insolvente podem vir reclamar o seu direito a separar da massa esses bens. Pode ainda vir reclamar-se quando se está perante bens estranhos à insolvência ou não suscetíveis de apreensão para a massa (cfr. n.º 2 do artigo 46.º)<sup>15</sup>.

---

ou ao de execução conforme o caso; os credores ou o exequente, conforme o caso, têm o direito de promover o andamento do inventário; não podem ser aprovadas dívidas que não estejam devidamente documentadas e o cônjuge do insolvente ou do executado tem o direito de escolher os bens com que há-de ser formada a sua meação, sendo certo que os credores poderão reclamar).

<sup>11</sup> Não nos parece que tenha colhimento o argumento de que o artigo 159.º apenas se aplica a terceiros e não ao cônjuge. Como se referirá mais à frente, o legislador confere ao cônjuge, em termos processuais, quase sempre um tratamento mais benéfico do que a um comproprietário comum, razão pela qual não faz sentido que a previsão do artigo 159.º apenas se aplicasse a comproprietários.

<sup>12</sup> Como ensinam Pires de Lima e Antunes Varela, (*Código Civil Anotado*, 2.ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 1984, pág. 347). “(...) o que caracteriza a comunhão de mão comum e a distingue da compropriedade é, além do mais, o facto de o direito dos contitulares não incidir directamente sobre cada um dos elementos (coisa ou crédito) que constituem o património, mas sobre todo ele, concebido como um todo unitário.” (*Código Civil Anotado*, 2.ª ed., Coimbra Editora, 1984, pág. 347).

<sup>13</sup> Interessará muitas vezes aos credores do insolvente que a liquidação seja sobre bens e não sobre direitos (como o direito à meação, normalmente com menos valor).

<sup>14</sup> Ob. cit, pág. 92.

<sup>15</sup> Não são suscetíveis de apreensão os bens absoluta ou totalmente impenhoráveis (previstos no artigo 822.º do CPC e “(...) os bens pertencentes ao insolvente que sejam objecto de restrição de responsabilidade pelas obrigações deste, como sucede com

Já referimos que o artigo 159.º estabelece que “[v]erificado o direito de restituição ou separação de bens indivisos ou apurada a existência de bens de que o insolvente seja titular, só se liquida no processo de insolvência o direito que o insolvente tenha sobre esses bens.”. Naturalmente, um comproprietário não detém a propriedade exclusiva do bem, razão pela qual só se pode apreender e liquidar o direito que o insolvente tenha sobre esse bem.

Portanto, em qualquer uma destas situações, o interessado (terceiro, cônjuge do insolvente ou o próprio insolvente) poderão reclamar ao administrador da insolvência.

## 2.1. As especificidades processuais da reclamação

I. Obviamente que a procedência da pretensão destes é apreciada de acordo com as regras do direito material, tratando a norma em análise apenas das questões processuais. E, como a epígrafe do artigo denuncia (“Aplicabilidade das disposições relativas à reclamação e verificação de créditos”), este artigo seria apenas remissivo na medida em que remetaria os procedimentos desta reclamação para as regras da reclamação de créditos previstas no capítulo anterior, mais precisamente nos artigos 128.º a 140.º.<sup>16</sup>

Tudo levaria a crer então que, no prazo determinado na sentença para a reclamação de créditos, as partes pudessem fazer uma reclamação em que peticionavam a separação dos bens que entendessem. O administrador da insolvência reconhecê-los-ia ou não, elaborando uma lista em conformidade que, depois de cumpridas as notificação exigidas, quem não concordasse poderia impugnar em requerimento dirigido ao juiz e os interessados ou o administrador da insolvência poderiam responder à impugnação. Sem mais peças escritas, o juiz marcaria uma tentativa de conciliação e, não sendo esta possível, sanearia o processo, realizando-se a audiência de discussão e julgamento. Uma tramitação processual lógica, e respeitadora dos direitos processuais das partes, nomeadamente do princípio do contraditório. Tudo seria simples seguindo-se os mesmos termos do artigo 129.º a 140.º do CIRE.

O legislador decidiu, todavia, prever algumas adaptações que, na verdade, configuram a criação de um procedimento bastante diferente daquele que está previsto para a reclamação de créditos.

II. Em primeiro lugar, prevê-se na alínea a) do n.º 2 do artigo 141.º que a reclamação não é objeto de notificações. Isto quer dizer que, diferentemente do que acontece na reclamação de créditos (cfr. n.ºs 3, 4 e 5 do artigo 129.º), não existe um dever de notificação pelo administrador da insolvência àquele interessado que viu a sua reclamação ser julgada improcedente.

Esta disposição parece-nos ser uma clara violação do princípio do contraditório que não tem qualquer justificação, mesmo perante as características de urgência do processo de insolvência. Que desvantagem acarretaria para o andamento do processo que o administrador da insolvência, quando notificasse os reclamantes que viram o seu crédito não reconhecido (nos termos do artigo 129.º), notificasse também, pelo menos, os reclamantes da separação de bens da improcedência da sua reclamação? Sendo os mesmos os prazos e as possibilidades processuais de ação, não vemos razão para esta desigualdade de tratamento, sobretudo tendo em consideração que aumentam as probabilidades de os interessados, por desconhecimento, deixarem passar o prazo para impugnar a decisão do administrador.

---

os bens adquiridos pelo mandatário em execução do mandato em representação (art. 1184.º do CC)” (Luís Menezes Leitão, ob. cit., pág. 93). Conforme dispõe o n.º 2 do artigo 46.º, não sendo absolutamente impenhoráveis, podem ser apreendidos outros bens que estejam isentos de penhora caso sejam, voluntariamente, apresentados pelos devedor. Sobre esta matéria, ainda Catarina Serra, *O Novo Regime da Insolvência. Uma Introdução*, 3.ª ed., Coimbra, Almedina, 2008, pág. 84 e Luís Miguel Pestana de Vasconcelos, *A cessão de créditos em garantia e a insolvência. Em particular da posição do cessionário na insolvência do cedente*, Coimbra, Coimbra Editora, 2007, pág. 232.

<sup>16</sup> O Título V do CIRE trata da “Verificação dos créditos. Restituição e separação de bens”, e tem três capítulos, sendo o primeiro dedicado à “Verificação de créditos”, logo seguido pelo capítulo intitulado “Restituição e Separação de bens” que começa, exatamente, com o referido artigo 141.º. Segue-se o Capítulo III que trata da “Verificação ulterior”.

O certo é que, *de iure condito*, não restam dúvidas sobre a inexistência do dever de notificação.

Na alínea a) determina-se ainda que o reclamante deve oferecer, nos termos do artigo 141.º, todos os meios de prova de que disponha e fica obrigado a apresentar as suas testemunhas (o legislador remete para n.º 1 do artigo 134.º, que, por sua vez, remete para o n.º 2 do artigo 25.º).

Determina-se também que o processo deva ser mantido na secretaria judicial para exame e consulta dos interessados durante o prazo para as impugnações (é feita remissão para o n.º 5 do artigo 134.º).

A solução de colocar o processo à disposição dos interessados na secretaria é, de facto, de louvar já que, de outra forma, as reclamações, que são dirigidas ao administrador da insolvência para o seu domicílio, ficariam inacessíveis aos interessados.

No entanto, se esta solução, na prática, funciona para as reclamações de créditos, não pode funcionar para os termos em que está “arquitetado” o procedimento para a reclamação para a separação de bens.

Isto porque, o administrador da insolvência passa a ter dois prazos diferentes para se pronunciar sobre as reclamações: para as reclamações de créditos tem 15 dias após o termo do prazo para a apresentação das reclamações (prazo que é fixado na sentença da declaração de insolvência, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 36.º) e para as reclamações para a separação de bens tem apenas dez dias após o termo daquele prazo<sup>17</sup>.

Ora, na prática, isto exige que o administrador faça uma análise prévia das reclamações que recebe no seu domicílio (ou seja, antes de terminado o prazo para a apresentação das reclamações e de enviar as reclamações de imediato para o tribunal) de forma a que a reclamação esteja disponível, dentro dos dez dias após o termo do prazo para a apresentação das reclamações, para pronúncia quer do administrador quer de outros interessados. É que, começando a contar aquele prazo de dez dias logo após o término do prazo para as reclamações, o processo tem que estar disponível na secretaria do tribunal logo no primeiro dia do prazo, sob pena de se incumprir a lei. Acontece que, se, por exemplo, um reclamante enviar por via postal uma reclamação para a separação de bens no último dia do prazo para o efeito, o administrador pode apenas recebê-la alguns dias depois no seu domicílio. Pode dar-se o caso, portanto, de um interessado diligente, que sabe que o prazo para contestar reclamações começa a contar no primeiro dia seguinte ao fim do prazo para reclamar, se dirija à secretaria do tribunal e não exista ainda lá qualquer reclamação (que ainda não foi enviada para o tribunal pelo administrador porque ainda não a recebeu no seu domicílio).

Pelo exposto, pode afirmar-se que o processo não assegura de forma adequada a possibilidade de um interessado diligente intervir no processo defendendo os seus interesses legítimos. Pensamos que será muitíssimo oneroso exigir que todos os interessados sejam obrigados a consultar o processo na secretaria durante vários dias (a seguir ao termo do prazo para reclamar) para poder exercer os seus direitos e usar do seu legítimo poder de intervenção processual.<sup>18</sup>

Acresce que, como pensamos resultar do que se deixou dito, é bastante mais complexo para o administrador da insolvência o controlo dos prazos processuais, sendo este regime

<sup>17</sup> Como veremos, a alínea b) do n.º 2 do artigo 141.º prevê um prazo de dez dias para o administrador da insolvência ou qualquer outro interessado se pronuncie sobre as reclamações para a separação de bens.

<sup>18</sup> Discordamos, portanto, de Luís Carvalho Fernandes e João Labareda (*Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, cit., pág. 476 – ponto 6 da anotação ao artigo 141.º) quando afirmam que este ónus não é excessivo “(...) visto que o prazo para a oposição se conta sempre e a partir do termo do que for fixado para a reclamação de créditos (...)”. Sublinhamos novamente que se o administrador se pronunciasse no mesmo tempo que tem para se pronunciar sobre as reclamações de créditos e se notificasse aqueles que viram as suas reclamações julgadas improcedentes, então tudo seria mais simples e justo, além de unificar os procedimentos (o que é sempre uma vantagem para todos, destinatários e aplicadores da lei). Não acompanhamos, também aqui, os referidos autores quando afirmam que “(...) a exigência de notificação podia colocar problemas operativos de maior inconveniente do que aquele que resulta do encargo, imposto aos interessados, de consulta do processo, após o termo do prazo para as reclamações.” (ob. cit., página 477, – ponto 6 da anotação ao artigo 141.º).



previsto no artigo 141.º muito propício a que haja falta de pronúncia pelo administrador da insolvência apenas porque não se apercebeu até ao fim do prazo para a apresentação das reclamações que uma delas não era uma reclamação de créditos, mas antes para a separação e restituição de bens.

Por tudo quanto fica dito, parece-nos que a única possibilidade de repor a justiça e o respeito pelo princípio do contraditório é o entendimento de que o administrador da insolvência tem que se pronunciar também sobre estas reclamações na elaboração das listas a que se refere o artigo 129.º (isto sem prejuízo da contestação que tem que apresentar nos termos da alínea b) do n.º 2, como se verá de seguida). Aplica-se assim nesta parte, sem adaptações, a regra do artigo 129.º prevista para a reclamação de créditos.<sup>19</sup>

III. Na alínea b) do n.º 2 do artigo 141.º, o legislador determina um prazo de dez dias (a contar do termo do prazo para a reclamação dos créditos fixado na sentença de declaração da insolvência) para as contestações às reclamações pelo administrador de insolvência ou por qualquer outro interessado, como já se fez referência *supra*. Determina ainda que o reclamante pode responder às contestações nos cinco dias subsequentes.

Quanto à infelicidade do prazo de dez dias, principalmente por ser um prazo diferente do previsto para a reclamação de créditos, já nos pronunciámos também, pelo que cabe tratar de outras questões.

Em primeiro lugar, impõe-se perceber o que é que o legislador pretende ao usar a expressão “contestação”. Não nos parece que estejamos perante a obrigatoriedade de apresentação de uma peça articulada, tal como é exigido nos termos do CPC (cfr. artigos 486.º e 151.º do CPC), bastando uma declaração em que a parte exponha a sua posição jurídica. “(...) [O]s articulados/requerimentos das partes, enquanto actos jurídicos, devem ser objecto de interpretação, nos termos do art.295.º do Cód. Civil, sendo aplicáveis as regras estabelecidas nos artºs. 236.º e seguintes. O que significa, por um lado, que a declaração negocial vale com o sentido que um declaratório normal, colocado na posição do real declaratório, possa deduzir do comportamento do declarante, salvo se este não puder razoavelmente contar com ele – art. 236.º, nº1 do Cód. Civil – e, por outro, que essa declaração não pode valer com um sentido que não tenha um mínimo de correspondência no texto do respectivo documento, ainda que imperfeitamente expresso – art. 238.º, nº1 do mesmo diploma”<sup>20</sup>.

Assim, numa análise prática, parece-nos que se o administrador enviar para o tribunal as reclamações para separação e restituição de bens recebidas e se, dentro dos dez dias previstos na lei, enviar a lista prevista no artigo 129.º de onde conste a improcedência de uma reclamação, esta deverá ser considerada como uma “contestação” à reclamação já que esta configura uma clara oposição à pretensão do reclamante<sup>21</sup>.

Importa ainda referir que “interessados” poderão ser todos os credores uma vez que estes serão diretamente afetados pela subtração de bens da massa insolvente, mas também o próprio devedor que, naturalmente, pode pronunciar-se sobre os bens que são sua propriedade.

IV. Na alínea c) prevê o legislador que as provas devem ser produzidas segundo a ordem por que tiverem sido apresentadas as reclamações e, na discussão, usam da palavra em primeiro lugar os advogados dos reclamantes e só depois os dos contestantes.

<sup>19</sup> Em sentido contrário, Luís Carvalho Fernandes e João Labareda, ob. ult. cit., página 476 – ponto 6 da anotação ao artigo 141.º.

<sup>20</sup> Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 09/12/2008, de que foi relatora a Senhora Juíza Desembargadora Isabel Fonseca, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt).

<sup>21</sup> Neste sentido, ver Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 14/07/2010, de que foi relatora a Senhora Juíza Desembargadora Maria Catarina Gonçalves, disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt), em que se escreve o seguinte: “[é] evidente que a carta (...) que foi enviada pelo Sr. Administrador (e onde informava a Reclamante da sua posição) não configura uma contestação. Mas, o certo é que, além dessa carta (que enviou a Reclamante), o Sr. Administrador juntou aos autos (...) um requerimento, dirigido ao Juiz, que configura claramente uma oposição ou contestação a pretensão formulada pela Reclamante (...)”.

Daqui decorre que existindo várias reclamações e contestações, estas serão objeto de uma única audiência, o que apesar de contribuir para a celeridade processual, tornará, com certeza, confusa a direção da mesma e o exercício dos direitos das partes.

V. Não havendo mais adaptações para a separação e restituição de bens, então, cabe aplicar, com os devidos ajustes, as regras da reclamação de créditos, o que quer dizer que, findo o prazo das respostas, se aplicam os termos dos artigos 135.º a 140.º, sendo que a audiência (prevista no artigo 139.º) deverá respeitar as adaptações referidas na alínea c).

### 3. Conclusão

Não pode deixar de se concluir que o procedimento previsto para estas reclamações, tal como está configurado, exige mais cautela do administrador, obrigando-o a ler as reclamações recebidas em tempo útil, ou seja, estas têm que ser lidas antes que termine o prazo da apresentação das reclamações. E, naturalmente que o administrador da insolvência não deve bastar-se com a análise do “título” que é dado à reclamação<sup>22</sup>. Só assim o administrador poderá cumprir a exigência de manter o processo na secretaria judicial para exame e consulta de interessados nos dez dias posteriores ao término do prazo para as reclamações e poderá assegurar-se que “contesta” dentro do prazo previsto de dez dias.

Apesar da nem sempre fácil interpretação deste artigo e das incertezas que traz para os destinatários e aplicadores da lei, é, com certeza, mais simples e menos oneroso para os interessados lançar mão da reclamação para a separação e restituição de bens (prevista no artigo 141.º) do que intentar a ação de verificação ulterior (prevista no artigo 146.º). Este procedimento não está sujeito ao pagamento taxa de justiça, não obriga à constituição de advogado, é mais célere e, tal como está desenhada a lei, é muito provável que uma reclamação para a separação e restituição de bens não seja “contestada” (apesar de esta “vantagem” decorrer do desrespeito pelo princípio do contraditório, é inegável a sua existência na prática).

Como se deixou exposto, o processo ganharia com uma maior simplicidade e com a unificação de procedimentos (principalmente quando a diferenciação destes não traz qualquer mais valia). Assim, uma última palavra para lamentar que na última alteração legislativa (Lei n.º 16/2012 de 20 de Abril), perante o uso pouco frequente desta reclamação e perante as preocupações de tornar o processo de insolvência mais eficaz, não tenha sido aproveitada a oportunidade para unificar o sistema e alterar o regime do artigo 141.º, eliminando as adaptações previstas no seu n.º 2 e aproximando-o, ainda mais do regime da reclamação e da verificação de créditos.

---

<sup>22</sup> Uma reclamação pode vir intitulada como “Reclamação de Créditos” e do texto da mesma (da causa de pedir e do pedido) decorrer o pedido para que sejam entregues bens cuja propriedade o reclamante se arroga, por exemplo.